

INTERROGANDO A NEUTRALIDADE NA MATEMÁTICA: REFLEXÕES A PARTIR DOS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

*Glauber Carvalho da Silva*¹
*Laura Moutinho*²

RESUMO

O propósito desta comunicação é refletir sobre “Que corpos podem ocupar as ciências ditas exatas”? Neste *paper* se interroga a suposta ideia de neutralidade da Matemática. Esta pode ser interpretada como eco de uma gramática moral que articula dimensões de gênero e sexualidade produzindo apagamentos e hegemônias dentro dessa ciência? No sentido de avançar na reflexão proposta, foi realizada uma análise da live “Corpos políticos que resistem também fazendo matemática”, na qual mulheres professoras e pesquisadoras da Matemática, marcadas socialmente por diferenças interseccionais, contam sobre suas histórias e experiências nessa área predominantemente masculina, branca, cisgênero e ocupada por pessoas sem deficiência. A análise demonstrou a presença de normas (in)visíveis dentro da Matemática que orientam a formação de professores e pesquisadores dessa disciplina, tal como a sua profissionalização e carreira. Assim, nossa hipótese é de que os marcadores sociais da diferença são articulados, neste contexto, na produção de sujeito desiguais, a fim de hegemonizar os corpos que ocupam essa ciência.

Palavras-chave: Marcadores sociais da diferença, Moral, Matemática.

1 Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade de São Paulo – USP, bolsista IC do Projeto Caleidoscópio das Ações Afirmativas: Avaliações, Experiências e Alcances das Políticas de Cotas nas Universidades Públicas, Edital Pró-Humanidades/CNPq – glaubercarvalho90@gmail.com;

2 Professora Livre-Docente do Departamento de Antropologia Social da USP, bolsista Produtividade CNPq – lmoutinho@usp.br.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, entende-se que os marcadores sociais da diferença são as características distintivas dos indivíduos em seus contextos sociais. Interessamos refletir sobre dispositivos de poder e hegemonia que produzem a diferença entre “nós” e “eles” (Laura Moutinho, 2014) em um contexto específico (a Matemática como ciência), a partir de uma análise que traz o corpo para o centro da cena. Um corpo frequentemente observado a partir das clivagens por raça, gênero, sexualidade e, como argumenta Pedro Lopes (2019), também a partir de perspectivas normativas relacionadas à deficiência. Como pontua Lilia Schwarcz (2015, p. 8), os marcadores somente ganham inteligibilidade a partir da sua interação com outros, não isoladamente; em outras palavras, “É a íntima conexão – as relações que diferentes marcadores estabelecem entre si –, que lhe confere sentido”. Compreender gênero, raça e sexualidade (e também deficiência) de forma relacional, contextualizada, possibilita interrogar as dinâmicas de poder que constroem a Matemática como ciência.

Moutinho (2014) argumenta que o tempo e espaço são categorias importantes para compreender a forma com que os marcadores sociais da diferença se articulam para a produção dos sujeitos e cenas que os circunscrevem. Congruentemente, entendemos tais marcadores como categorias passíveis de análise no cenário em tela. Gabriel Feltran (2017) nos convoca a pensar que as categorias são frutos dos contextos que estamos inseridos, ou seja, elas nascem a partir das nossas experiências vividas: não é algo que aprendemos, mas que construímos com o decorrer do tempo e das nossas (sobre)vivências. O autor defende isso a partir da análise de três microcenas, que abrem margem para a discussão das desigualdades e representações de poder e evidenciam que os marcadores sociais da diferença dão inteligibilidade às relações sociais, ao passo que se parte das relações sociais para compreender tais marcadores.

Diante do exposto, procuramos mais especificamente com este artigo refletir sobre “Que corpos podem ocupar as ciências ditas exatas”, de modo que desejamos perscrutar se a associação da Matemática como uma ciência neutra, isenta das questões sociais, apolítica, pode ser compreendida como eco de uma gramática moral que articula dimensões de gênero e sexualidade produzindo apagamentos e hegemonias dentro dessa ciência. Isso será feito segundo uma análise da live intitulada “Corpos políticos que resistem também fazendo matemática”, cujos relatos das interlocutoras predisõem quais os marcadores sociais da diferença e suas articulações serão tomados para discussão.

Esse posicionamento está em consonância com Marcio Zamboni (2015), no qual, a priori, o autor se interessava em realizar um estudo usando os marcadores sexualidade, raça e classe, mas o decorrer da pesquisa evidenciou a necessidade de articular também a faixa etária e a soropositividade: marcadores capazes de individualizar, permear e construir os processos de subjetivação e vivências de seus entrevistados. Seguindo uma escuta própria da Antropologia, vemos como a pesquisa o convocou e ofertou um caminho para a análise. Situação similar se deu com a live que será objeto de análise.

Os “corpos”, da forma como foram tematizados na discussão que será analisada nos convida a uma análise interseccional. Pensando em interseccionalidade, Adriana Piscitelli (2008) e Laura Moutinho (2014) nos chamam atenção sobre as diversas possibilidades de articular as diferenciações. Piscitelli convoca parte da reflexão feminista no sentido de provocar novas possibilidades de interseção da categoria gênero com outros marcadores, como nacionalidade, religião, classe, raça e sexualidade; tal como discute a urgência do uso da interseccionalidade, demonstrando sua relevância para a pesquisa que realizou com migrantes brasileiras.

Paralelamente, na tentativa de compreender a produção da diferença e desigualdade, a Moutinho salienta como essas interseções privilegiam algumas categorias como raça e sexualidade, em detrimento da classe e nos convoca a entender que

A expressão ou campo “interseccionalidade” tem uma marca: traz um aporte feminista e antirracista. Mas esses marcadores ou clivagens estão presentes em outras análises. Não se trata, portanto de se entender esse como um campo homogêneo (Moutinho, 2014, p. 211).

Nesse sentido, conforme assevera Helena Hirata (2014) em afinidade com as autoras anteriormente citadas, a perspectiva interseccional entende que existem sistemas de opressões fundamentados pelas marcas de diferenciação e os questiona. Assim sendo, considerando que as relações de poder e opressões que permeiam o contexto de cada pessoa influenciam sua interpretação da realidade, suas (sobre)vivências e atuam na produção do sujeito – evocando aqui a lógica foucaultiana, que entende o poder como produtivo e positivo –, Hirata (2014) nos convida à um olhar crítico e cuidadoso sobre os estudos interseccionais, uma vez que esses podem inferir numa hierarquização entre categorias, de modo a legitimar, conseqüentemente, uma das formas de opressão.

Para além disso, vale a ressalva que, de acordo com Flavia Rios e Edilza Sotero (2019), o entendimento de sujeitos enquanto produto do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença, isso é, a visão da interseccionalidade, tem sido comum nas pesquisas brasileiras, em especial quando se articula os marcadores gênero, raça e classe, que ajudam a explicar as desigualdades que perpassam o cotidiano do Brasil.

Diante desse cenário, Martha Moreira, Francine Dias, Anahi Mello e Sara York (2022) chamam atenção sobre a carência de estudos que utilizem a categoria deficiência para análise. Destacadamente, as autoras compreendem que baseado numa corponormatividade e, portanto, numa divisão binária entre quem conforma a corporeidade do padrão hegemônico e quem é o outro (o desviante), o capacitismo pode operar como uma estrutura que atravessa outras formas de opressão que perpassam o cotidiano das pessoas, como o sexismo, LGBTfobia, racismo e adultocentrismo. Para defender tal argumento, de acordo com as experiências das autoras, o artigo discute sobre como a gramática capacitista atua *contra* as pessoas com deficiência, pessoas transsexuais, travestis, crianças, adolescentes e pessoas intersexo.

De fato, a partir da análise da live, alguns marcadores e suas intersecções foram elencados como substancial ao escopo da discussão sobre “Que corpos podem ocupar as ciências ditas exatas” e da inquietação acerca da presença de uma gramática moral na Matemática que infere a interpretação dessa disciplina como neutra e produz apagamentos e hegemonias.

ANÁLISE DA LIVE

A live que será analisada é intitulada como “Corpos políticos que resistem também fazendo matemática”³, ela foi transmitida ao vivo no dia 31 de março de 2023, pelo canal do YouTube do grupo de pesquisa e extensão interinstitucional nomeado “MatematiQueer: Estudos de Gênero e Sexualidades em Educação Matemática”⁴, sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Partici-

3 A live pode ser acessada pelo link: https://www.youtube.com/watch?v=Fjz_Vr0Flzc. Acesso em 08 nov. 2023.

4 O grupo é cadastrado no diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O MatematiQueer tem como objetivo problematizar as concepções comuns acerca da Matemática enquanto uma ciência neutra, refletindo sobre a necessidade de se trabalhar as questões de gênero e sexualidade também nas aulas de Matemática e inquietando/discutindo como professores que ensinam Matemática, no exercício docente, podem não reverberar práticas discriminatórias (como sexistas e/ou LGBTfóbicas) sob o corpo discente. Para mais informações: <http://www.matematiqueer.org/>. Acesso em 08 nov. 2023.

param da live cinco mulheres que têm carreira na Matemática, tanto na docência quanto na pesquisa: duas foram mediadoras (Renata Arruda e Maitê Kulesza) e as outras três foram palestrantes. Além disso, havia duas mulheres como intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A análise da live será dividida em três partes, a fim de percorrer independentemente as apresentações de cada palestrante e, a posteriori, nas considerações finais as interlocuções entre elas e suas exposições serão evidenciadas. Jéssica Milaré começou a apresentação, em sequência as falas passaram por Simone Moraes e Ivana Bandeira.

1ª apresentação: Jéssica Milaré

“A imagem que vem à mente é aquela história de como cozinhar uma rã viva: você coloca ela na água fria e vai esquentando a...a água até né a...a rã falecer e ficar cozida. É...esquentando a água aos poucos a rã não consegue fugir. Então, ahn...estamos numa sociedade, ahn... que na prática acaba fazendo isso com as pessoas trans, né? Meio que matando a gente aos poucos. (...) Os crimes de ódio são, obviamente, bárbaros, mas na verdade são só a ponta do iceberg.”

A transcrição anteriormente reproduzida foi vocalizada por Jéssica Milaré, que se apresenta como travesti e sapatão. Ao longo de sua fala enota-se como a palestrante expõe um presente em termos sombrios, relacionados à ascensão da extrema direita no Brasil e a forte “*onda de irracionalismo*” que esse carrega. À exemplo disso, a expositora cita o movimento antivacina e a propagação da ideia terraplanista. Da mesma forma, ela coloca em destaque as campanhas antitrans e contrárias a discussão das diversas formas de opressão que assolam o contexto brasileiro. A respeito disso, a palestrante cita que encontrou uma cartilha distribuída em igrejas que perguntava “*você quer que seu filho pense que ele não é um menino? Você quer que sua filha pense que ela não é uma menina? Você quer que sua criança pense que não existe sexo e que ela pode construir seu próprio sexo?*”. Para Milaré, isso é “*uma tentativa de causar um choque, né... um pânico...é, em pais e mães que infelizmente na realidade de hoje ainda têm bastante dificuldade de lidar com a questão da... da possibilidade de ter uma criança trans*”.

Ademais, Jéssica parece compreender que nas eleições presidenciais recentes houve tentativas de instaurar um pânico moral sobre a população, a partir de discursos acerca de uma suposta ideologia de gênero e discussões sobre o banheiro unissex. Certamente, essa percepção está congruente à análise de Maria Claudia Coelho e Eduardo Oliveira (2020) sobre as eleições de 2018: para tais a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad foi marcada pela tentativa de

empossar o medo aos eleitores, a fim de que esses tivessem receios da candidatura do oponente. Como exemplo, Bolsonaro se apropria das discussões sobre “kit gay” e “ideologia de gênero” nos espaços públicos e em sua campanha, a fim de endossar o medo das discussões sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas, argumentando que tal feito contribuiria para a sexualização precoce das crianças e representaria um perigo para a “família tradicional brasileira” (Eduardo Maranhão Filho; Fernanda Coelho; Tainah Dias, 2018).

Outrossim, vale lembrar que Bolsonaro, ex-presidente da república, durante a campanha eleitoral destacada, proferiu discursos que afetam negativamente diversas minorias sociais: população LGBT, pessoas negras, as feministas, indígenas etc. Sobre isso, particularmente, Ettore Medeiros (2019) explica que tais discursos deram autoridade, sustentação, para a LGBTfobia. Com isso, os brasileiros que conformam a cisheteronormatividade⁵ e abominam a dissonância acerca deste padrão se fortaleceram e, conseqüentemente, as violências contra pessoas LGBT passaram a ser naturalizadas. Assim sendo, o autor argumenta que, no Brasil existe uma idealização de quem tem o direito de viver ou de morrer, sendo a morte muito além de corpos sem vida, mas, também, de subjetividades, uma vez que os crimes de ódios são executados para a instauração do medo, um controle acerca do comportamento do grupo, fortificando o crivo da cisheteronormatividade.

Nesse sentido, cabe destacar um caso entendido como transfóbico associado a Nikolas Ferreira, Deputado Federal (Partido Liberal – Minas Gerais), que nas palavras de Milaré

“no dia 08 de março, dia das mulheres, fez um discurso onde ele botou uma peruca loira afirmando ‘ah eu sou gênero fluído e hoje eu estou me sentindo uma mulher’ ele falou assim né, exatamente assim... ahn...olha, é muito bizarro isso, né? Não tem nada a ver com ser trans isso, sabe? Homens que colocam peruca pra dizer que são mulheres: isso é uma coisa que eu vejo desde criança em programas de humor, né...É uma coisa que acontece em carnaval. Ahn...e não é... pessoas trans não são assim, né... não é isso que determina uma pessoa trans. Não é uma questão de sentimento. Sentimento: se você se sente feliz ou se sente triste uma hora né isso passa; sentimento muda. É... desejo, vontade, também, né (...) Identidade não é isso, é uma autopercepção do próprio gênero.”

No que segue, Jéssica comenta que pessoas trans passam por muitos problemas na família, precisando fugir por problemas de convivência e violências (como

5 Entende-se por cisheteronormatividade a ideia de que o correto, a norma, é que todas as pessoas são cisgênero (se identificam com o gênero imposto a partir do sexo biológico) e heterossexuais (possuem atração sexual e emocional por pessoas que se identificam com o gênero oposto).

física ou sexual) ou sendo expulsas de casa; na escola, espaço no qual comumente as pessoas trans são acometidas de violências e, por isso, podem deixar os estudos ou serem expulsas; no emprego, em que é comum pessoas trans conseguirem acessar trabalhos precarizados, como o telemarketing, ou trabalhos que estejam à margem da economia ou ilegais, como a prostituição. Nesse momento, se evoca a transcrição que inicia essa parte da análise, mas também a encerra.

2ª apresentação: Simone Moraes

“(...) algumas pessoas falam assim: ‘você é um exemplo!’. Não! Eu não sou um exemplo. Eu sou um contraexemplo! Eu não acho que as pessoas devem é... ter tantas dificuldades e abrir mão de tantas coisas na sua juventude pra estudar. Por que que algumas pessoas podem, por exemplo, fazer a graduação e só estudar?”

Acima tem-se a transcrição de uma fala de Simone Moraes, que se apresenta como uma mulher negra, que nasceu e cresceu em um bairro de periferia. Ela conta que seus pais não estudaram e que foi difícil ela conseguir estudar. Em especial, seu Ensino Médio foi realizado em outro bairro, no período da noite. Ela acrescenta a dificuldade para fazer a graduação e conta que precisou trabalhar durante esse período. Posteriormente, Simone fez pós-graduação na Universidade de São Paulo (USP) e doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e teve oportunidade e experiência internacional – sua formação é em Matemática.

Após contar parte de sua trajetória, Simone afirma sentir que vive num país “cheio de micro e macrovioleências”, de tal modo que sua resistência começa desde que nasceu. Ela salienta que foi na escola que sentiu o primeiro impacto das formas de discriminação que acomete o país; local em que ela notou a existência das diferenças. No tocante a isso, Juliane Bazzo e Eva Scheliga (2020) argumentam, seguindo outros autores, que, a escola ainda pode ser um local de reprodução da desigualdade, logo é necessária a busca por transformações, nos espaços de educação formal, capazes de possibilitarem as diversidades e justiça social.

A palestrante defende que nos últimos quatro anos houve uma ascensão da extrema direita no cenário brasileiro e, conseqüentemente, houve um crescimento da violência no país, de tal maneira que estamos cercados de homofobia, transfobia, racismo e demais formas de discriminação. Diante disso, ela questiona: “E aí, né? Como que a gente pode fazer alguma coisa? E como que a gente dentro da Matemática faz alguma coisa?” No que segue, Simone acrescenta que é difícil fazer alguma coisa, porque “de modo geral, as universidades e a academia são espaços extremamente brancos, heteronormativos, então a gente ainda é resistência”.

Entretanto, a expositora comemora o resultado da eleição presidencial que ocorreu em 2022, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como atual presidente da república, uma pessoa que conforma “*um governo progressista*”. Dessa forma, ela espera que os espaços das universidades sejam mais acessíveis e que a extrema direita seja barrada.

No que segue, Simone percebe que nas universidades “*o perfil dos estudantes mudou, felizmente, hoje nós vemos estudantes... muito mais estudantes negros, muito mais estudantes é de...é, de classe... da classe baixa né, gente pobre na universidade, felizmente*”.

Essas esperanças e percepção estão fortemente entrelaçadas com a adoção das políticas de ações afirmativas. Em particular, como Milena Carmo, Laura Moutinho e Charles Klein (2022) argumentam, o governo Lula-Dilma possibilitou ampliação do acesso às universidades, públicas e privadas, e se atentou às necessidades advindas das relações étnico-raciais. Essas autoras e autor elencam diversas implementações que possibilitaram esse novo cenário e acrescentam que a Lei de Cotas e o Prouni possibilitam o ingresso de estudantes de baixa renda em universidades produtoras de ciência, reconfigurando o ambiente dessas instituições, das produções e, concomitantemente, os territórios periféricos. Por fim, é argumentado que as ações afirmativas vêm alimentando a construção da identidade periférica, em termos raciais, e que a pesquisa feita aponta os coletivos negros como um ambiente de apoio e refúgio para pessoas negras, uma vez que essas não se sentem confortáveis nos espaços acadêmicos. Nesse sentido, vale destacar com Paulo Neves (2022) que as políticas de inclusão têm sido um “catalisador” de mudanças mais amplas. Registramos, por exemplo, o trabalho de letramento em leituras de textos acadêmicos de antropologia em inglês como parte de iniciativas que reposicionam e responsabilizam a comunidade acadêmica na formação do corpo discente tanto na graduação (Laura Moutinho; Thais Tiriba; Rodrigo Brusco, 2021) quanto na pós-graduação (Thais Tiriba; Carla Ribeiro; Laura Moutinho, 2023/no prelo).

Outrora, ao discutir sobre a falta de valorização adequada das atividades de extensão das universidades, Simone endossa semelhanças com as discussões supracitadas, ao dizer que

“são nessas atividades que a gente tem a oportunidade de ir à escola, de mostrar a...as atividades, mostrar um pouco do que a gente faz na universidade pra os alunos das escolas nas comunidades, e também mostrar pra essas crianças (aqui, por exemplo, que eu vou muito em escolas periféricas de Salvador) que a universidade também é um espaço deles.”

Nessa direção, ela acredita que, além de incluir as pessoas nas universidades, é necessário pensar em como possibilitar que tais indivíduos consigam permanecer nesses espaços, objetivando que *“a gente tenha um país mais justo (...)”*.

No que se refere à Matemática, Moraes percebe que nos cursos de Matemática ainda não se fazem presentes disciplinas que trabalhem com as questões étnico-raciais. Assim, é necessário (re)pensar as formações dadas nas universidades. Ela cita a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade de conteúdos afro-brasileiros em todo o currículo escolar e foi alterada pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que acrescenta a obrigatoriedade do ensino também da História e Cultura indígena. Contudo, a expositora entende que ainda há dificuldades de implementar tais leis nas escolas, dado que professores não passam por capacitações sobre tais temáticas, da mesma forma que os cursos de licenciatura não estão ofertando suporte sobre isso. Para finalizar sua exposição, Simone diz que enquanto mulher negra tem buscado entender mais a sua ancestralidade e que tem um grupo sobre jogos africanos e Matemática.

3ª apresentação: Ivana Bandeira

“Eu sou branca, vim de escola particular, né...tinha tudo pra ter todos os benefícios, MAS eu sou cadeirante. Então, isso meio que torna a pessoa invisível.”

Acima trazemos a transcrição de parte da apresentação de si mesma que Ivana Bandeira fez. A palestrante considera que em diversos momentos pessoas com deficiência estão resistindo, estão num gesto de resistência, mas sem perceber. Ela conta um acontecimento que ocorreu durante sua graduação:

“Eu estudava num bloco e nesse bloco tinha banheiro acessível pra cadeirante, mas eu fazia parte do grupo de pesquisa PET e era em outro bloco, então toda vez que eu precisava ir ao banheiro era exatamente a mesma cena [faz referência à uma cena do filme ‘Estrelas além do tempo’]: tinha que pegar todo meu material em geral e ir pra outro banheiro que era há uns cinco minutos rodando; e toda vez. E eu não percebia que isso era um tipo de resistência, né. Então, mesmo dentro da universidade existe é...muitos blocos que ainda não têm banheiro pra cadeirante.”

Para além disso, ela comenta que durante o mestrado que fez na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) havia um banheiro para cadeirante que estava sendo usado como depósito – *“e eu não sei se vocês já repararam, mas acontece muito isso”*, denuncia. Ao longo da live Ivana mostrou uma foto desse banheiro. A

palestrante acrescenta que, desse jeito, ela sempre dependia da boa vontade das outras pessoas e que *“isso não é acessibilidade”*. Durante a discussão, Bandeira foi questionada pela Renata, uma das mediadoras da live, se ela acredita que conseguiremos evoluir o suficiente para que os banheiros sejam realmente acessíveis. Ivana diz que espera e acredita que sim, afinal tem-se lei que garante esse tipo de banheiro. Nesse caso, a palestrante se referia à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que prevê banheiros especiais para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em prédios públicos e dá outras providências na tentativa de garantir acessibilidade para essas pessoas.

Ademais, Ivana Bandeira conta que sua graduação e mestrado foram em Matemática, mas que se ela não fizesse pelos “dela”, ninguém faria. Então, no doutorado ela pensou em fazer uma plataforma para que pessoas conseguissem desenhar com o movimento facial ou dos olhos. Diante disso, a palestrante expõe que ouviu de algumas pessoas que seria muito difícil realizar esse projeto, uma vez que seria difícil conseguir o público-alvo. Ela conseguiu!

Ivana queria continuar seus estudos, realizando um pós-doutorado nessa área com aplicação na Educação. Contudo, outra barreira apareceu em seu caminho. Novamente, disseram que o projeto que ela desejava desenvolver não poderia concorrer com um acadêmico, já que o público-alvo era baixo, *“mas essas pessoas existem e eu sou uma delas”* – coloca Bandeira. Isso fez com que ela desistisse de ir para o pós-doutorado.

Na sequência, a palestrante conta que após a decisão de fazer concursos ela se deparou com algumas outras dificuldades. Ivana explica que durante o processo de seleção de um concurso ela conseguiu êxito na prova teórica sobre Análise. Entretanto, na prova de didática a nota de comunicação dada à ela foi zero. Então, Bandeira relata: *“E ai eu entrei com recurso e quando eu vi lá os comentários eles colocavam ‘ah ela não conseguiria falar e escrever ao mesmo tempo’. Porque eu escrevo com a boca”*. Diante dessa barbaridade, a palestrante conta que pediu recurso novamente e conseguiu refazer a prova, mas, ainda assim, deram uma nota que não possibilitaria a sua classificação. Ivana finalizou dizendo que ficou muito decepcionada com essa área *“porque parece que a sua capacidade não tem... não vale nada, você passa na prova é... e mesmo assim não entra”*. Por fim, nesse momento de sua vida, ela diz: *“sigo resistindo dentro da Matemática, mesmo estando na Arte”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a live, uma das perguntas, feitas pelo público, destinada às palestrantes foi *“Como vocês acham que podemos usar a (educação) matemática para*

enfrentar transfobia, racismo, capacitismo e tantos outros ismos?” A discussão se concentrou na penúria de disciplinas que possibilitem um preparo do corpo docente para trabalhar com as questões que perpassam a população LGBT, pessoas negras e/ou pessoas com deficiência. Como bem pontua Simone Moraes, durante esse debate, “(...) *são raros os cursos que têm como optativa, pelo menos, uma disciplina que você realmente pense na Matemática numa outra perspectiva que não a perspectiva eurocêntrica né*”. Para além disso, Ivana acrescenta que no bacharelado em Matemática ela não teve disciplinas sobre esses temas e que seria muito interessante que houvesse discussões sobre o desenvolvimento das habilidades dos alunos segundo o que esses possuem ao seu dispor. Á exemplo, ela relata: “*eu não conseguia contar nos dedos quando era criança, eu contava no arame do caderno*”. Bandeira, ainda acrescenta que “*quanto ao capacitismo não é só uma questão da Matemática em si, mas da sociedade como um todo de não infantilizar a pessoa com deficiência: eu acho que isso seria uma grande mudança, pelo menos*”.

Perante o exposto, nota-se que a formação de professores que ensinam Matemática não contempla formação sobre questões étnico-raciais. Da mesma forma, conforme assevera Hygor Guse, Tadeu Waise e Agnaldo Esquincalha (2020), os cursos de Licenciatura em Matemática carecem de formação para que os futuros docentes dessa disciplina se sintam preparados para trabalharem com as questões de gênero e sexualidade.

Pelas vozes a que tivemos acesso, a suposta ideia de neutralidade da Matemática também pode ser interpretada como eco de uma gramática moral que articula dimensões de gênero e sexualidade produzindo apagamentos e hegemônias dentro da ciência e desta em particular. Em especial, a Matemática, enquanto uma ciência feita por seres humanos, sofre influências dos aspectos sociais e políticos. São selecionados de modo mais ou menos evidente os corpos legitimados a ocupar espaços dentro dessa ciência. A narrativa da Ivana Bandeira, sobre o caso no concurso ilustra de ponta a ponta esse argumento.

Dessa forma, normas (in)visíveis se fazem presentes no campo da Matemática e orientam tanto a formação de professores da área como a profissionalização e carreira de tais profissionais. Com o exposto por Jéssica Milaré, nota-se a tentativa de condenar o corpo trans e travesti à margem da sociedade e impossibilitar que esses alcancem ou almejem a presença dentro de campos como a Matemática, por exemplo. Além disso, apesar do perfil de alunos ter mudado ao longo dos últimos anos, conforme explorado nesse artigo, a dificuldade que Simone Moraes teve em sua trajetória para ter a sua formação e um cargo dentro de uma área que ela notava ser marcadamente masculina, branca e hétero assola a realidade de muitos jovens e, em especial, as mulheres negras. Essa palestrante comenta na

live que durante toda a sua formação (até o seu doutorado), ela teve apenas uma professora negra.

Por conseguinte, a partir das exposições realizadas na live analisada, é possível notar que a pseudoneutralidade da Matemática se constitui, na realidade, como eco de uma gramática moral que articula os marcadores raça, gênero, sexualidade e deficiência e se configura/constitui, frequentemente e a despeito de esforços que vêm sendo realizados, capacitista, transfóbica e racista, contribuindo na produção de sujeitos desiguais, uma vez que acaba por hegemonizar os corpos que ocupam a Matemática.

De fato, conclui-se que, a Matemática – e nesse artigo se usou a Matemática no singular e com letra maiúscula para se referenciar aquela Matemática eurocêntrica que é tomada frequentemente nas instituições de ensino público ou privado de ensino regular ou superior – está longe de ser uma ciência neutra, ela é política e ainda discriminatória, pois dita, a partir de uma complexa trama de questões que envolvem a produção da diferença e da desigualdade, quais corpos se fazem presentes no seu campo.

REFERÊNCIAS

BAZZO, Juliane; SCHELIGA, Eva. Etnografias em contextos pedagógicos: alteridades, agências e insurgências. **Campos - Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 11-27, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/79672>. Acesso em 22 out. 2023.

CARMO, Milena Mateuzi; MOUTINHO, Laura; KLEIN, Charles. Periferias nas universidades: ecos femininos das políticas de ações afirmativas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 10, n. 26, p. 124 - 152, set./dez. 2022. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/906>. Acesso em 09 nov. 2023.

COELHO, Maria Claudia Pereira; OLIVEIRA, Eduardo Moura Pereira. Reflexões sobre o tempo e as emoções na antropologia: definições, práticas e políticas. **Sociologia e Antropologia**, v. 10, p. 1087 - 1100, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/MNvKMnJzP9T6XhsNMgyT5td/>. Acesso em 09 nov. 2023.

FELTRAN, Gabriel de Santis. A categoria como intervalo – a diferença entre essência e desconstrução. **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/GLxSf7VNLPPKtRwfjkS3Nfr/?lang=pt#>. Acesso em 09 nov. 2023.

GUSE, Hygor Batista; WAISE, Tadeu Silveira; ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição. O que pensam licenciandos(as) em matemática sobre sua formação para lidar com a diversidade sexual e de gênero em sala de aula?. **Revista Baiana de Educação Matemática**, v.1, p. 01 – 25, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/baeducmatematica/article/view/9898>. Acesso em 09 nov. 2023.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n.1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>. Acesso em 26 jun. 2023.

LOPES, Pedro. Deficiência como categoria analítica: Trânsitos entre ser, estar e se tornar. Anuário **Antropológico**, p. 67-91, 2019. <https://doi.org/10.4000/aa.3487>.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Correlatio**, v. 17, n. 2, p. 65 – 90, 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/COR/article/view/9299>. Acesso em 06 jan. 2023.

MEDEIROS, Ettore Stefani. Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos. **Reciis**, v. 13, n. 2, p. 287-300, 2019. Disponível em: <https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1728>. Acesso em 09 nov. 2023.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes; DIAS, Francine de Souza; MELLO, Anahi Guedes de; YORK, Sara Wagner. Gramáticas do capacitismo: diálogos nas dobras entre deficiência, gênero, infância e adolescência. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3949 – 3958, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pvR4YxRFZ-zcpNdPCZ6YCWlw/>. Acesso em 09 nov. 2023.

MOUTINHO, Laura; TIRIBA, Thais; BRUSCO, Rodrigo. Ensino de Antropologia em inglês: reflexões sobre uma experiência de inclusão. In: **Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 64, n. 3, 2021. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.191370>

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 201 – 248, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CYYSsFmdHWTGN-cBqYQKQ9Rw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 09 nov. 2023.

NEVES, Paulo S. C. Sistemas de classificação racial em disputa: comissões de heteroidentificação em três universidades públicas brasileiras. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, e283206, 2022. <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n3a0406>

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263 - 274, jul/dez, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em 09 nov. 2023.

RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. Apresentação: Gênero em perspectiva interseccional. **PLURAL**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcco.2019.159740>. Acesso em 26 jun. 2023.

SCHWARCZ, Lilia. Prefácio – Quando todos os caminhos levam de Belém a São Paulo e vice-versa. In: CANCELA, Cristina Donza; MOUTINHO, Laura; SIMÕES, Júlio Assis. (Orgs.) **Raça, etnicidade, sexualidade e gênero: em perspectiva comparada**. São Paulo: Terceiro Nome, 2015. p. 7 - 12.

TIRIBA, Thais; RIBEIRO, Carla; MOUTINHO, Laura. “A relação com o inglês mexe até com minha autoestima”: dilemas sobre acesso à língua estrangeira e inclusão em uma iniciativa didática no PPGAS-USP. In: **ILHA - Revista de Antropologia** (no Prelo)

ZAMBONI, Marcio. Dor, ressentimento e negociação: gênero, sexualidade e soropositividade na trajetória de um herdeiro. In: CANCELA, Cristina Donza; MOUTINHO, Laura; SIMÕES, Júlio Assis. (Orgs.) **Raça, etnicidade, sexualidade e gênero: em perspectiva comparada**. São Paulo: Terceiro Nome, 2015. p. 87 - 102.